

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL****SEGUNDO TRIMESTRE DE 2025****1. INTRODUÇÃO**

A SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde foi criada através do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e rege-se pelos Estatutos aprovados pelo mesmo Decreto-Lei, na sua atual redação, pelo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, bem como por todas as normas que por força da sua natureza jurídica, lhe sejam aplicáveis.

**2. ENQUADRAMENTO**

O presente relatório visa dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como ao disposto no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, nos termos do qual o Conselho Fiscal emite, *“Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (...), um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas ...”*.

A SPMS apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório de Execução Orçamental referente ao 2.º trimestre de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração, que visa dar cumprimento à obrigação prevista no n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O relatório de execução orçamental em análise foi objeto de apreciação pelo Revisor Oficial de Contas, que emitiu o seu Relatório em 1 de setembro de 2025, que se anexa e faz parte integrante deste documento.

Na presente data, o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2025, que serve de base ao controlo orçamental referido neste Relatório, encontra-se aprovado pelo acionista por Despacho n.º 49/2025-SETF, de 15 de janeiro de 2025.

A atividade desenvolvida pela SPMS no exercício de 2025 tem como principais referenciais de gestão a atividade planeada em sede do PAO, assim como a contratualizada em sede de Contrato-Programa.

Foi ainda analisada a evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, bem como o cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, de acordo com o disposto no artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025.



### CONSELHO FISCAL

O presente relatório é entregue ao Conselho de Administração para que seja enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, conforme referido no mencionado n.º 4 do artigo 15.º dos Estatutos.

### 3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

#### 3.1. Execução Orçamental

A execução orçamental da receita até ao final do segundo trimestre de 2025, apresentada no quadro infra, evidencia um montante global cobrado de cerca de 53,2 milhões de euros, salientando a Sociedade que o saldo de gerência anterior (cerca de 11,1 milhões de euros) não está incluído, com o qual resultaria numa receita cobrada no trimestre de 64,3 milhões de euros:

**Quadro 1 – Síntese da execução orçamental da receita**

Un: euros

Designação da F.F.	Dotação corrigida anual	Receita cobrada no 2.ºT2025	Execução		Δ 2025/2024 (%)
			no período (%)	Receita cobrada no 2.ºT2024	
3.1.9-Transferências correntes	74 553 218	26 317 752	35,30%	24 007 317	9,6%
3.1.9-Reposições não abatidas aos pagamentos	30 298	30 298	100,00%	650	4561,2%
4.1.1-Projetos SAMA FEDER	117 384	0	0,00%	0	-
4.4.1-Projetos SAMA FSE	78 647	0	0,00%	0	-
4.8.2-Projetos diretamente financiados pela EU	971 593	6 674	0,69%	36 099	-81,5%
4.8.3-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções	219 641 833	15 141 300	6,89%	13 999 617	8,2%
4.8.4-Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções- IVA	50 517 622	3 490 664	6,91%	3 219 912	8,4%
5.1.1-Contrato Programa com a ACSS	31 000 000	7 102 224	22,91%	98 406	7117,3%
5.1.1-Reposições não abatidas aos pagamentos	143 021	143 021	100,00%		-
5.1.3-Faturação SNS/Outras entidades	4 317 654	935 116	21,66%	698 450	33,9%
5.1.3-Venda de bens de investimento	28 927	28 927	100,00%	5 294	446,4%
5.4.1- Transferências correntes - Proj. diretamente financiados pela EU	57 085	0	0,00%	0	-
<b>Total de receitas correntes</b>	<b>381 457 282</b>	<b>53 195 976</b>	<b>13,95%</b>	<b>42 065 744</b>	<b>26,5%</b>

Da análise do quadro supra, importa salientar o seguinte:

- A taxa de execução da receita (14%), sem o saldo transitado, situou-se abaixo da prevista para o período, devido essencialmente à reduzida taxa de execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que ascendeu a 7%.
- Das receitas cobradas, cerca de 49% correspondeu a transferências correntes, 35% teve origem em projetos diretamente financiados pela EU e menos de 2% resultou da faturação apresentada ao SNS e a outras entidades.
- Por comparação com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um aumento do valor da receita cobrada em cerca de 26,5% decorrente essencialmente das transferências correntes e das receitas provenientes do Contrato Programa com a ACSS.



## CONSELHO FISCAL

No que se refere à **despesa**, com uma dotação corrigida anual de 381,4 M€, a respetiva execução até ao final do segundo trimestre totalizou 6,3%, correspondendo a cerca de 23,9 M€ de despesa paga, conforme se detalha no quadro seguinte:

**Quadro 2 – Síntese da execução orçamental da despesa**

Un: euros

Designação	Dotação corrigida anual	Cativação	Dotação disponível anual	Despesa paga no 2.ºT2025	Execução no período (%)	Despesa paga no 2.ºT2024	Δ 2025/2024 (%)
01-Despesas com pessoal	19 653 154		19 653 154	7 734 861	39,4%	7 565 155	2,2%
02-Aquisições de bens e serviços	149 350 238		149 350 238	15 275 648	10,2%	15 750 262	-3,0%
03-Juros	294		294	293	99,7%	5 538	-
06-Outras despesas correntes	2 690 185		2 690 185	978 902	36,4%	287 726	240,2%
<b>Total de despesas correntes (A)</b>	<b>171 693 871</b>		<b>171 693 871</b>	<b>23 989 704</b>	<b>14,0%</b>	<b>23 608 681</b>	<b>1,6%</b>
07-Aquisição de bens de capital	209 763 411		209 763 411	15 339 457	7,3%	10 481 496	46,3%
<b>Total de despesas de capital (B)</b>	<b>209 763 411</b>		<b>209 763 411</b>	<b>15 339 457</b>	<b>7,3%</b>	<b>10 481 496</b>	<b>46,3%</b>
<b>Total (A)+(B)</b>	<b>381 457 282</b>		<b>381 457 282</b>	<b>39 329 161</b>	<b>10,3%</b>	<b>34 090 177</b>	<b>15,4%</b>

Neste âmbito evidencia-se, em particular:

- A despesa executada circunscreveu-se apenas a 39,3 M€ (10,3% da dotação disponível anual);
- O Conselho de Administração refere que o grau de execução da despesa está ligeiramente acima do grau de execução dos anos anteriores, prevendo uma maior execução no resto do ano, sobretudo das associadas ao PRR;
- A execução da rubrica “Despesas com pessoal” representou neste período 39,4% do total desta rubrica e 19,7% do total da despesa paga durante o primeiro semestre de 2025, registando, comparativamente ao período análogo um acréscimo de 2,2%;
- A aquisição de bens e serviços representa 38,8% da despesa paga no período em análise, tendo-se verificado uma redução de cerca de 3,0% face ao período homólogo de 2024;
- Não obstante o aumento substancial na despesa de capital relativamente ao valor verificado no período análogo de 2024 em 46,3%, continua a verificar-se uma fraca execução da rubrica aquisição de bens de capital que ascendeu apenas a 7,3% da dotação disponível anual;
- O valor da despesa paga até ao final do 2º trimestre de 2025 foi superior em 15,4% à despesa paga em igual período de 2024, devido essencialmente ao aumento do investimento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Os mapas de execução orçamental da despesa evidenciam ainda que a SPMS, no primeiro semestre de 2025, assumiu compromissos no valor de 174,9 M€, ou seja, 45,9 % da dotação anual disponível de 381,5 M€. Saliente-se que das dotações não comprometidas no final do período em causa, no valor de 206,5 M€, 69,7% reportam a despesas previstas ao abrigo da rubrica 4.8.3 (Projetos diretamente financiados pela EU), verificando-se que à mesma data, da dotação disponível referente a despesas com pessoal, já

**CONSELHO FISCAL**

havia sido pagas despesas correspondentes a mais de 78,4%, salientando-se que relativamente às dotações inscritas a este título na rubrica 3.1.9, cerca de 84,8% já se encontrava comprometida.

**3.2. Execução económica e financeira**

A execução das principais rubricas de resultados até ao final de junho de 2025, bem como os desvios verificados face ao orçamento e ao período homólogo, resumem-se no quadro seguinte:

**Quadro 3 – Evolução das principais rubricas de resultados**

Un: euros

Demonstração de Resultados	Orçamento 2.ºT2025 (1)	Execução T2/2025 (2)	Execução T2/2024 (3)	Desvio	Δ
				(2)-(1)	2025/2024 %
<b>Rendimentos</b>	<b>58 809 124</b>	<b>57 257 702</b>	<b>45 932 363</b>	<b>-1 551 422</b>	<b>24,7%</b>
Prestações de serviços	51 650 208	48 293 759	43 588 896	-3 356 449	10,8%
Trans. correntes e subs. à exploração obtidos	612 355	35 601	36 099	-576 754	-1,4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	600		500	-600	-100,0%
Outros rendimentos e ganhos	6 545 961	8 928 342	2 306 868	2 382 381	287,0%
<b>Gastos</b>	<b>52 661 815</b>	<b>52 392 119</b>	<b>42 464 714</b>	<b>-269 696</b>	<b>23,4%</b>
Fornecimentos e serviços externos	42 205 953	42 734 029	35 491 433	528 076	20,4%
Gastos com pessoal	9 826 577	7 355 830	6 716 763	-2 470 747	9,5%
Outros gastos e perdas	629 285	2 302 260	256 517	1 672 975	797,5%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>6 147 309</b>	<b>4 865 582</b>	<b>3 467 650</b>	<b>-1 281 727</b>	<b>40,3%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 658 827	4 013 291	2 263 308	-1 645 536	77,3%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>488 482</b>	<b>852 291</b>	<b>1 204 342</b>	<b>363 809</b>	<b>-29,2%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	-		5 294	0	-100,0%
Juros e gastos similares suportados	-	-293	-5 538	-293	-94,7%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>488 482</b>	<b>851 998</b>	<b>1 204 098</b>	<b>363 516</b>	<b>-29,2%</b>
Imposto sobre o rendimento	124 563	0	0	-124 563	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>363 919</b>	<b>851 998</b>	<b>1 204 098</b>	<b>488 079</b>	<b>-29,2%</b>

No final do segundo trimestre de 2025 o resultado líquido da SPMS foi de 851.998 €, o que apesar de representar um resultado muito mais favorável comparativamente com o estimado que ascendia a 363.919€, ou seja mais 134,1%, foi inferior em 29,2% ao verificado no período homólogo de 2024.

Para a evolução positiva face ao orçamentado, contribuíram essencialmente a execução da rubrica “outos rendimentos e ganhos” que foi superior em 36,4% do orçamentado e a das rubricas “gastos com pessoal” e “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” inferiores ao orçamentado em 25,1% e 29,1%, respetivamente, e que permitiu compensar, a redução dos rendimentos provenientes de “Prestações de serviços” e também o aumento de 265,9% verificado na rubrica “Outros gastos e perdas” associado a correções relativas a períodos anteriores.

O resultado operacional foi igualmente superior ao orçamentado em 74,5%, sendo a discrepância verificada face à variação verificada no resultado líquido resultante da orçamentação de 124.563€ a título de impostos, despesa que não veio a se concretizar.

**CONSELHO FISCAL**

Assim, face ao período homólogo de 2023, verifica-se uma redução quer do resultado líquido quer do resultado operacional em 29,2%.

Neste contexto, importa realçar o seguinte:

**a) Os rendimentos e ganhos**

Face ao período análogo de 2024, os rendimentos tiveram um incremento global de 24,7%, com um aumento significativo de cerca de 287,0% em outros rendimentos e ganhos e de 10,8€ verificando-se, porém, um ligeiro desvio global negativo dos rendimentos e ganhos de 2,6% face ao valor orçamentado.

**b) Os gastos e perdas**

Quanto aos gastos, no período em apreço verificou-se um acréscimo global de 23,4% nos gastos suportados pela sociedade face ao valor registado no período análogo do ano anterior, situação que resultou do aumento generalizado verificado nestas rubricas, verificando-se também um desvio global negativo, mas muito menos expressivo, de 0,5% face ao orçamentado.

**4. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS (artigo 140.º do DLEO)**

Nos termos do artigo 140.º do DLEO de 2025, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024, sem prejuízo, designadamente, de:

- a) *Os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2024, sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo (cf. n.º 4 do referido artigo);*
- b) *O acréscimo dos gastos operacionais corrigidos da taxa de inflação sem habitação apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P., relativa ao ano transato, referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, sustentadas em análise custo-benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa (cf. n.º 5 do referido artigo).*



## CONSELHO FISCAL

No que concerne ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, verifica-se que o mesmo teve uma evolução negativa passando de 97% no segundo trimestre de 2025 para 104% no segundo trimestre de 2024, ou seja, um incremento de 7 pontos percentuais, decorrente do crescimento dos gastos operacionais ser superior ao aumento no volume de negócios.

Este aumento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios verifica-se de forma generalizada nas suas várias componentes. Assim:

- Os encargos com o pessoal verificaram um aumento de 10%;
- O agregado gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, sofreu um aumento face ao período análogo de 2024 no montante de 12.761€, o que representa num acréscimo de 20%;
- A variação dos gastos associados à frota automóvel entre os mesmos períodos foi positiva de 2.184,31€, traduzindo um aumento de 14%;
- Nos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria verifica-se um aumento de 149.042,74€ face ao período análogo de 2024, o que se traduz num acréscimo de 96%.

## 5. OUTROS ASPETOS

### 5.1. Evolução da dívida e dos pagamentos em atraso

No período em apreço verifica-se um aumento na ordem dos 80% da dívida total da sociedade face ao período análogo de 2024, o qual de acordo com a empresa, decorreu da execução dos contratos relativos ao PRR.

No final do 2º trimestre de 2025 a dívida da SPMS ascendia ao montante de 18.465.813,16€, do qual 69,38% era referente a dívidas perante fornecedores conta corrente e 830,62% correspondia a dívidas perante fornecedores de imobilizado.

No mesmo trimestre a dívida vencida representava 60,33% da dívida total da SPMS e teve um acréscimo na ordem dos 126% face ao período homólogo de 2024. No entanto, a empresa não apresenta dívida vencida com mais de 90 dias.

De acordo com a informação prestada pela SPMS cerca de 76,6% da dívida no final do 2.º Trimestre de 2025 é perante 6 fornecedores, MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA, CAPGEMINI Portugal, SA, LINKCOM - Sistemas de Informação, SA, NOS Comunicações, SA, VISUALFORMA - Tecnologias de Informação, SA e Timestamp - Sistemas de Informação, SA.

O prazo médio de pagamentos ponderado fixou-se nos 16,18 dias, o que representa uma melhoria face aos 19,91 dias no período análogo de 2024.



# SPMS<sup>EPE</sup>

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

## CONSELHO FISCAL

### 5.2. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

As disponibilidades e aplicações financeiras da SPMS encontram-se na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., dando assim cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

## 6. CONCLUSÃO

Em face do exposto e tendo presente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal salienta que as demonstrações financeiras da SPMS referentes ao 2º trimestre de 2024 evidenciam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da sociedade, com um resultado líquido no final de junho de 2025 no valor de 851.998,15 euros, situando-se o EBITDA em 4.865.582,22 euros.

Lisboa, 5 de setembro de 2025

O CONSELHO FISCAL

A Presidente

Assinado por: **Luísa Maria Teixeira Pisco**  
Num. de Identificação: 06619984  
Data: 2025.09.05 18:15:22+01'00'



O Vogal





**SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**  
**RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**  
**RELATIVO AO 2º TRIMESTRE DE 2025**

**0. NOTA DE ENQUADRAMENTO**

Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 3 do art.º 15.º dos Estatutos da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, (a Entidade), publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na redação que lhe foi dada pelo art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, e de acordo com a solicitação que nos foi formulada nesse sentido pelo Conselho Fiscal, cumpre-nos proceder a uma revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo Conselho de Administração.

Para o efeito, e tendo por referência o Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 2.º Trimestre de 2025, elaborado sob a égide do Conselho de Administração, cumpre-nos apresentar no presente relatório o resultado do trabalho realizado referido no parágrafo anterior.

Contudo, e considerando que o presente trabalho se destina também a apoiar o Conselho Fiscal no exercício das suas competências, designadamente no que se refere à elaboração de relatórios trimestrais, procedemos igualmente a uma análise da execução orçamental no trimestre e da evolução dos principais agregados das demonstrações financeiras, pelo que o presente relatório é mais abrangente do que o previsto no Guia de Aplicação Técnica n.º 2, relativo a Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras.

**1. INTRODUÇÃO**

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras integrantes do Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao 2.º Trimestre de 2025, da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, que compreendem o balanço em 30 de junho de 2025, que evidencia um total de 138.198.162 euros e um total de património líquido de 88.668.508 euros, incluindo um resultado líquido de 851.998 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas sintéticas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas

## 2. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do Órgão de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e pela criação e manutenção de um sistema e controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

## 3. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

## 4. CONCLUSÃO

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.**, em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao trimestre findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

## 5. ENFASES

A opinião expressa no ponto anterior tem em consideração que estamos perante demonstrações financeiras trimestrais, as quais não envolvem a realização, com o mesmo nível de profundidade e detalhe, das operações normais de encerramento de contas, designadamente no que se refere a movimentos de especialização, sobretudo relacionados com gastos referentes a fornecimentos e serviços de terceiros, bem como ao reconhecimento dos rendimentos associados ao contrato programa, que estão a ser reconhecidos numa base de duodécimos. Este reconhecimento não tem igualmente em consideração o nível de execução real deste contrato. Deste modo, a conclusão expressa deve ser entendida neste enquadramento.

## 6. APRECIÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS

### 6.1. Análise da Execução Orçamental

No final do 2.º trimestre de 2025 a receita cobrada líquida ascendeu a 53.195.978 euros e a despesa total paga ascendeu a 39.329.161 euros, conforme detalhe evidenciado no já referido “Relatório Trimestral de Execução Orçamental”. Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os seguintes comentários relativamente aos principais agregados:

#### 6.1.1. Receita

A Receita cobrada líquida apurada no final do 2.º trimestre de 2025, excluindo o saldo transitado do ano anterior, ascende a 53.195.976 euros. Considerando o saldo transitado do ano anterior, no montante de 11.057.375 euros, que representaria 17,2% do total da receita cobrada líquida apurada no trimestre, o total de receita cobrada ascende a 64.253.351 euros.

O quadro seguinte detalha a origem desta receita, em termos comparativos com o realizado no período homólogo de 2024:

Código e Designação Fonte Financiamento	Receita Corrigida Ano 2025		Receita cobrada líquida 2ºT 2025		Receita cobrada líquida 2ºT 2024		Variação 2025/2024		% Execução receita Corrigida
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
319 Tr. correntes ACSS OE - Manutenção Sistemas em Contínuo	50 817 188	13,3%	25 408 594	39,5%	23 419 359	43,1%	1 989 234	8,5%	50,0%
319 Transferências correntes ACSS CC - SNS24	21 360 000	5,6%	165 740	0,3%	133 486	0,2%	32 254	24,2%	0,8%
319 Transferências correntes ACSS - CCMSNS	2 376 030	0,6%	743 418	1,2%	454 472	0,8%	288 946	63,6%	31,3%
319 Microsoft (Sentença judicial)	-	-	-	0,0%	-	-	-	-	-
319 Reposições não abaladas aos pagamentos	30 298	0,0%	30 298	41,0%	650	0,0%	29 647	4 559,4%	-
<b>319 Transferências de RI entre organismos</b>	<b>74 583 516</b>	<b>19,6%</b>	<b>26 348 049</b>	<b>41,0%</b>	<b>24 007 968</b>	<b>44,2%</b>	<b>2 340 082</b>	<b>9,7%</b>	<b>35,3%</b>
411 Rec.próprias - FEDER - Intervenções e ações específicas	117 384	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
<b>411 FEDER - competitividade e internacionalização</b>	<b>117 384</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
441 Rec. próprias - Fundo Soc. Europeu	78 647	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
<b>441 Fundo Social Europeu - Competitividade e Internacionalização</b>	<b>78 647</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
482 Projetos diretamente financiados pela EU	971 593	0,3%	6 674	0,0%	36 099	0,1%	-29 425	-81,5%	0,7%
<b>482 Outros e saldos de FE/ Outros</b>	<b>971 593</b>	<b>0,3%</b>	<b>6 674</b>	<b>0,0%</b>	<b>36 099</b>	<b>0,1%</b>	<b>-29 425</b>	<b>-81,5%</b>	<b>0,7%</b>
483 Projetos diretamente financiados pela EU	219 641 833	57,6%	15 141 300	23,6%	13 999 617	25,8%	1 141 684	8,2%	6,9%
<b>483 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções</b>	<b>219 641 833</b>	<b>57,6%</b>	<b>15 141 300</b>	<b>23,6%</b>	<b>13 999 617</b>	<b>25,8%</b>	<b>1 141 684</b>	<b>8,2%</b>	<b>6,9%</b>
484 Projetos diretamente financiados pela EU	50 517 622	13,2%	3 490 664	5,4%	3 219 912	5,9%	270 752	8,4%	6,9%
<b>484 Plano de Recuperação e Resiliência - Subvenções - IVA</b>	<b>50 517 622</b>	<b>13,2%</b>	<b>3 490 664</b>	<b>5,4%</b>	<b>3 219 912</b>	<b>5,9%</b>	<b>270 752</b>	<b>8,4%</b>	<b>6,9%</b>
511 Contrato-Programa com a ACSS - Projetos em Desenvolvimento	31 000 000	8,1%	7 102 224	11,1%	98 406	0,2%	7 003 818	7 117,3%	22,9%
511 Reposições não abaladas nos pagamentos	143 021	0,0%	143 021	0,2%	-	-	143 021	-	100,0%
<b>511 Receita própria do ano - Com origem em RG provenientes do OE</b>	<b>31 143 021</b>	<b>8,2%</b>	<b>7 245 245</b>	<b>11,3%</b>	<b>98 406</b>	<b>0,2%</b>	<b>7 146 839</b>	<b>7 262,6%</b>	<b>23,3%</b>
541 Projetos diretamente financiados pela EU	57 085	0,0%	-	-	-	-	-	-	-
<b>541 Transferências de Receita Própria entre Organismos</b>	<b>57 085</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
513 Faturação - SNS	860 000	0,2%	173 453	0,3%	113 832	0,2%	59 621	52,4%	20,2%
513 Faturação - Outras Entidades	3 457 654	0,9%	761 663	1,2%	584 618	1,1%	177 045	30,3%	22,0%
513 Venda de bens de investimentos	28 927	0,0%	28 927	0,0%	5 294	0,0%	23 633	446,4%	100,0%
<b>513 Receita própria do ano - Com Outras Origens</b>	<b>4 346 581</b>	<b>1,1%</b>	<b>964 043</b>	<b>1,5%</b>	<b>703 743</b>	<b>1,3%</b>	<b>260 300</b>	<b>37,0%</b>	<b>22,2%</b>
<b>Subtotal</b>	<b>381 457 282</b>	<b>100,0%</b>	<b>53 195 976</b>	<b>82,8%</b>	<b>42 065 744</b>	<b>77%</b>	<b>11 130 232</b>	<b>26,5%</b>	<b>13,9%</b>
Saldo de gerência anterior	-	-	11 057 375	17,2%	12 218 942	22,5%	-1 161 568	-9,5%	-
<b>Total Geral</b>	<b>381 457 282</b>	<b>100%</b>	<b>64 253 351</b>	<b>100%</b>	<b>54 284 686</b>	<b>100%</b>	<b>9 968 664</b>	<b>18,4%</b>	<b>16,8%</b>

Comparativamente ao período homólogo, expurgando o efeito do saldo de gerência, o aumento ocorrido de 11.130.232 euros é essencialmente justificado por um aumento da execução das transferências correntes provenientes da ACSS (+2.340.082 euros) e das receitas próprias provenientes do Contrato-Programa (+7.003.818 euros).

No final do segundo trimestre, a receita apresentada continua a apresentar um reduzido nível de execução, o qual ascendeu a apenas 13,9% da receita orçamentada. Este efeito poderá ser justificado pela reduzida execução do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência (apenas 6,9%).

### 6.1.2. Despesa

A Despesa total paga ascende, no final do 2.º trimestre de 2025, ao montante de 39.329.161 euros, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Rubrica	Orçamento Corrigido Ano 2025	Cativação 2025	Orçamento Disponível Ano 2025		Despesa paga 2ºT2025		Despesa paga 2ºT2024		Variação 2025/2024		% Execução Despesa	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Orç. Corr.	Orç. Dispon.
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	15.117.582	-	15.117.582	100%	6.166.332	15,7%	5.370.603	15,8%	795.728	14,8%	40,8%	40,8%
01.02 Remunerações Variáveis	848.604	-	848.604	100%	395.784	1,0%	654.481	1,9%	-258.697	-39,5%	46,6%	46,6%
01.03 Segurança Social	3.686.968	-	3.686.968	100%	1.172.745	3,0%	1.540.070	4,5%	-367.325	-23,9%	31,8%	31,8%
<b>01 Despesa com pessoal</b>	<b>19.653.154</b>	<b>-</b>	<b>19.653.154</b>	<b>100%</b>	<b>7.734.861</b>	<b>19,7%</b>	<b>7.565.155</b>	<b>22,2%</b>	<b>169.706</b>	<b>2,2%</b>	<b>39,4%</b>	<b>39,4%</b>
02.01 Aquisição de Bens	1.153.745	-	1.153.745	100%	165.876	0,4%	185.702	0,5%	-19.826	-10,7%	14,4%	14,4%
02.02 Aquisição de Serviços	148.196.493	-	148.196.493	100%	15.109.771	38,4%	15.564.560	45,7%	-454.789	-2,9%	10,2%	10,2%
<b>02 Aquisição de bens e serviços</b>	<b>149.350.238</b>	<b>-</b>	<b>149.350.238</b>	<b>100%</b>	<b>15.275.648</b>	<b>38,8%</b>	<b>15.750.262</b>	<b>46,2%</b>	<b>-474.614</b>	<b>-3,0%</b>	<b>10,2%</b>	<b>10,2%</b>
03.05 Outros Juros	294	-	294	100,0%	293	0,0%	5.538	0,0%	-5.245	-94,7%	99,7%	99,7%
<b>03 Juros</b>	<b>294</b>	<b>-</b>	<b>294</b>	<b>100,0%</b>	<b>293</b>	<b>0,0%</b>	<b>5.538</b>	<b>0,0%</b>	<b>-5.245</b>	<b>-94,7%</b>	<b>99,7%</b>	<b>99,7%</b>
06.02 Diversas	2.690.185	-	2.690.185	100,0%	978.902	2,5%	287.726	0,8%	691.176	240,2%	36,4%	36,4%
<b>06 Outras despesas correntes</b>	<b>2.690.185</b>	<b>-</b>	<b>2.690.185</b>	<b>100,0%</b>	<b>978.902</b>	<b>2,5%</b>	<b>287.726</b>	<b>0,8%</b>	<b>691.176</b>	<b>240,2%</b>	<b>36,4%</b>	<b>36,4%</b>
Despesas correntes	171.693.871	-	171.693.871	100,0%	23.989.704	61%	23.608.680	69,3%	381.024	1,6%	14,0%	14,0%
07.01 Investimentos	209.763.411	-	209.763.411	100%	15.339.457	39,0%	10.481.496	30,7%	4.857.961	46%	7,3%	7,3%
<b>07 Aquisição de bens de capital</b>	<b>209.763.411</b>	<b>-</b>	<b>209.763.411</b>	<b>100%</b>	<b>15.339.457</b>	<b>39,0%</b>	<b>10.481.496</b>	<b>30,7%</b>	<b>4.857.961</b>	<b>46%</b>	<b>7,3%</b>	<b>7,3%</b>
Despesas de capital	209.763.411	-	209.763.411	100%	15.339.457	39,0%	10.481.496	30,7%	4.857.961	46%	7,3%	7,3%
<b>Total Geral</b>	<b>381.457.282</b>	<b>-</b>	<b>381.457.282</b>	<b>100,0%</b>	<b>39.329.161</b>	<b>100%</b>	<b>34.090.176</b>	<b>100%</b>	<b>5.238.985</b>	<b>15,4%</b>	<b>10,3%</b>	<b>10,3%</b>

Face a esta realidade importa destacar o seguinte:

- Comparativamente com os montantes orçamentados anuais disponíveis (líquidos de cativos), o nível de execução da despesa revelou-se modesto, cifrando-se em apenas 10,3%, e inferior à receita executada considerando o efeito do saldo de gerência (16,8%);
- O peso dos gastos com recursos humanos representa 19,7% da despesa paga no 2.º trimestre de 2025, face aos 22,2% registados no período homólogo. Esta redução é justificada pelo aumento da despesa total executada, tendo em conta a variação nesta rubrica ter sido inexpressiva, cerca de 169.706 euros (2,2%), o que permitiu alguma diluição do seu peso relativo;
- A despesa com aquisição de bens e serviços, que ascendeu a 15.275.648 euros (38,8% do total da despesa paga), refletindo uma redução de 474.614 euros (-3%) face ao período homólogo;

- A rubrica de aquisição de bens de capital apresenta uma despesa orçamentada no montante total de 209.763.411 euros. Constata-se que, neste trimestre, foram executadas despesas desta natureza no valor de 15.339.457 euros, as quais, apesar de representarem um aumento significativo face ao período homólogo (+4.857.961 euros), continuam a traduzir um grau de execução de apenas 7,3%;
- Em termos globais, a despesa ocorrida no segundo trimestre de 2025 registou um aumento de 15,4% face ao período homólogo de 2024, justificado essencialmente pela maior execução de investimentos, em linha com o previsto no âmbito do PRR. Destaca-se, ainda, o aumento registado na rubrica de outras despesas correntes, no montante de 691.176 euros (+240,2%).

## **6.2. Análise da Situação Contabilística ao nível do Balanço**

O Balanço reportado a 30JUN25, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2024, consta do Anexo 1 e foi preparado a partir dos registos contabilísticos da SPMS.

Face ao trabalho desenvolvido, e atendendo às variações ocorridas, justificam-se os comentários relativamente aos principais agregados do balanço, que são formulados nos pontos seguintes:

- Relativamente à rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, o saldo no final do segundo trimestre ascende a 24.733.957 euros, refletindo um aumento de 13,1% relativamente ao final do exercício anterior, decorrente essencialmente de novos investimentos efetuados no exercício que ascenderam a 6.179.044 euros, conjugado com o reconhecimento das depreciações do período, no montante de 3.304.566 euros;
- Os Ativos Intangíveis, apresentavam, no final do semestre, um valor líquido no montante de 55.463.154 euros, constituindo a rubrica mais expressiva do Ativo, com um peso de 40,1% no total. A variação do semestre respeita, essencialmente, do reconhecimento de aquisições no montante de 11.413.039 euros, maioritariamente realizadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, conjugadas com as depreciações do período, que totalizaram 708.725 euros;
- A rubrica de Clientes apresenta, a 30JUN2025, um saldo de 5.083.181 euros, refletindo um acréscimo expressivo de 4.000.777 euros face a 31DEZ2024. A entidade com saldo em dívida mais expressivo no final do semestre continua a ser a ACSS, representando cerca de 99% do total do saldo a receber. O saldo desta entidade manteve-se estável em relação ao trimestre anterior, concentrando-se sobretudo nas faturas emitidas no primeiro trimestre de 2025, no âmbito do contrato-programa de 2024;

- A rubrica de Outras Contas a Receber apresenta a 30JUN2025, um saldo de 18.941.714 euros, representando cerca de 13,7% do total do Ativo. No primeiro semestre verifica-se um aumento de 14.345.005 euros face a 31DEZ2024. Esta variação resulta essencialmente dos valores a faturar relativos ao Centro de Contacto do SNS24 (+14,1M€) e do Contrato Programa com a ACSS (+0,2M€), relativo aos serviços prestados no decorrer dos primeiros seis meses do ano;
- A rubrica de Caixa e Depósitos, no final do primeiro semestre, ascende a 28.689.458 euros, representando cerca de 20,8% do total do Ativo. Deste montante, cerca de 3.150.589 euros dizem respeito a valores recebidos no âmbito de Operações Extraorçamentais, sendo esta a rubrica com maior expressão, à exceção da conta geral, cujo saldo ascendia a 23.794.754 euros. A totalidade do montante reconhecido na rubrica encontra-se depositado no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, cumprindo assim com o princípio de unidade de tesouraria;
- A rubrica de Património Líquido, a 30JUN2025, apresenta um saldo no montante de 88.668.508 euros, incluindo um resultado líquido de 851.998 euros, representando um acréscimo de 6,9% relativamente a 31DEZ2024. A variação constatada provém sobretudo do aumento verificado na rubrica de Outras Variações no Património Líquido (4.867.500 euros), decorrente do reconhecimento dos rendimentos inerentes ao PRR e ao PRESI, e ao aumento verificado na rubrica Resultados Transitados proveniente da transferência do resultado líquido positivo apurado em 31DEZ2024 no montante de 1.912.590 euros;
- O total do Passivo, no montante de 49.529.654 euros, reflete no final do primeiro semestre de 2024, um aumento expressivo de 31.465.891 euros (174,2%) relativamente ao final do período anterior, sendo esta variação justificada pelo aumento significativo das rubricas Fornecedores (+12.643.947 euros), de Fornecedores de Investimento (+5.520.043 euros) e da rubrica de Outras Conta a Pagar (+13.728.988 euros);
- A rubrica de Fornecedores C/C e de Investimentos ascendeu, no final do semestre ao montante total de 18.465.813 euros, no qual se destacam as 10 entidades credoras que mais contribuem para este saldo:

Fornecedores c/c e Imobilizado	Saldo 30jun2025	Peso (%)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	9.210.916	50%
CAPGEMINI PORTUGAL, SA	1.456.057	8%
LINKCOM - Sistemas de Informação, S.A.	1.128.875	6%
NOS Comunicações, SA	962.173	5%
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	956.064	5%
VISUALFORMA - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A	856.700	5%
AXIANSEU II Digital, S.A.	525.231	3%
SYNCHRO (EGOR OUTSOURCING)	325.136	2%
IGNÍT PEOPLE, S.A	311.313	2%
Oramix - Sistemas de Informação, SA	281.198	2%
<b>Total</b>	<b>16.013.664</b>	<b>87%</b>

- Na rubrica de Outras Contas a Pagar, é apresentado para o segundo trimestre de 2024, um saldo no montante de 23.875.602 euros, (+13.728.988 euros), refletindo compromissos assumidos e ainda não regularizados, nomeadamente no âmbito do Centro de Contacto do SNS24.

### **6.3. Evolução dos Resultados do Período face ao Orçamento**

Apresentamos no mapa constante do Anexo 2, os principais agregados de rendimentos e gastos reconhecidos no final do primeiro semestre de 2025. Adicionalmente, para efeitos de análise da execução orçamental do período, considerou-se igualmente, na coluna de orçamento, os valores constantes no PAO 2025, assumindo uma repartição linear mensal das previsões constantes de cada rubrica deste Plano.

Conforme se evidencia neste Anexo 2, o desempenho no final do primeiro semestre, foi favorável comparativamente aos montantes orçamentados, no entanto, quando comparado ao como ao período homólogo foi desfavorável.

No final do semestre em análise, foi apurado um resultado líquido positivo de 851.998 euros, sendo favorável face ao lucro estimado para o semestre, no montante de 363.919 euros. A justificação para esta evolução, está relacionada com a poupança verificada na rubrica de Gastos com Pessoal, cujo montante ascendeu a 7.355.830 euros, representando uma execução 74,9% face ao orçamentado, bem como de Gastos com amortizações, que também ficam abaixo do orçamentado (-29,1%).

No que concerne à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que no final do semestre representa cerca de 76% do total dos gastos, esta ascende a 42.734.029 euros. O valor registado traduz um aumento ligeiro de 576.754 euros face ao montante previsto em orçamento, e um crescimento mais expressivo face ao período homólogo, essencialmente devido à maior execução dos contratos no âmbito do PRR.

O total de gastos do primeiro semestre de 2025 ascende assim a 56.405.704 euros, apresentando uma execução de 96,7% face ao orçamentado e, apresentando assim, ainda que de forma geral, aumentos em todas as rubricas face ao período homólogo.

O total de rendimentos ascende a 57.257.702 euros, apresentando uma execução de 97,4% face os montantes orçamentados. Esta execução próxima do previsto resulta de um desvio negativo verificado na rubrica de Prestação de Serviços, com menos 3.356.449 euros face ao orçamento (-6,5%), e pela variação positiva registada na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, que registou um acréscimo de 2.382.381 euros face ao valor orçamentado (+36,4%).

**6. NOTA FINAL**

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis da SPMS com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como do responsável pela área financeira, os quais têm sido essenciais para a realização das nossas funções.

Lisboa, 1 de setembro de 2025

**O Revisor Oficial de Contas**

**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por:

Assinado por: **Vitor Manuel Batista de Almeida**  
Num. de Identificação: 04886686  
Data: 2025.09.01 13:05:07+01'00'



Vitor Manuel Batista de Almeida

*(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)*



# ANEXO 1

## Balanço

em 30 de junho 2025 e em 31 de dezembro de 2024

Valores em euros

BALANÇO	30JUN2025	31DEZ2024	Var Real 30JUN25 - 31DEZ24	
			Valor	%
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	24.733.957	21.859.479	2.874.478	13,1%
Ativos intangíveis	55.463.154	44.758.839	10.704.314	23,9%
Diferimentos	1.501.574	1.602.804	-101.230	-6,3%
<b>Subtotal</b>	<b>81.698.685</b>	<b>68.221.122</b>	<b>13.477.563</b>	<b>19,8%</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Clientes, contribuintes e utentes	5.083.181	1.082.404	4.000.777	369,6%
Estado e outros entes públicos	3.292.882	3.022.029	270.853	9,0%
Outras contas a receber	18.941.714	4.596.709	14.345.005	312,1%
Diferimentos	492.242	525.525	-33.283	-6,3%
Caixa e depósitos bancários	28.689.458	23.564.983	5.124.475	21,7%
<b>Subtotal</b>	<b>56.499.477</b>	<b>32.791.650</b>	<b>23.707.827</b>	<b>72,3%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>138.198.162</b>	<b>101.012.772</b>	<b>37.185.390</b>	<b>36,8%</b>
<b>PATRIMÓNIO LIQUIDO</b>				
Património/Capital	26.260.689	26.260.689	0	0,0%
Reservas	14.167.642	14.167.642	0	0,0%
Resultados transitados	-27.633.892	-29.546.482	1.912.590	-6,5%
Outras variações no património líquido	75.022.071	70.154.570	4.867.500	6,9%
	<b>87.816.510</b>	<b>81.036.419</b>	<b>6.780.091</b>	<b>8,4%</b>
Resultado líquido do período	851.998	1.912.590	-1.060.592	-55,5%
<b>Total Património Líquido</b>	<b>88.668.508</b>	<b>82.949.009</b>	<b>5.719.498</b>	<b>6,9%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões	2.003.941	2.003.941	0	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>2.003.941</b>	<b>2.003.941</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	12.811.049	167.102	12.643.947	7566,6%
Estado e outros entes públicos	1.887.204	2.313.570	-426.366	-18,4%
Fornecedores de investimentos	5.654.764	134.721	5.520.043	4097,4%
Outras contas a pagar	23.875.602	10.146.614	13.728.988	135,3%
Diferimentos	3.297.094	3.297.815	-721	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>47.525.713</b>	<b>16.059.822</b>	<b>31.465.891</b>	<b>195,9%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>49.529.654</b>	<b>18.063.763</b>	<b>31.465.891</b>	<b>174,2%</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>138.198.162</b>	<b>101.012.772</b>	<b>37.185.390</b>	<b>36,8%</b>

# ANEXO 2

## Demonstrações de Resultados por Naturezas para o exercício findo em 30 de junho de 2025

Valores em euros

DEMONSTRAÇÃO de Resultados	Real 30JUN25	Real 30JUN24	Orçamento 30JUN25	Var Real 30JUN25 - 30JUN24		Var Real 30JUN25 - Orç 30JUN24	
				Valor	%	Valor	%
Prestação de Serviços	48.293.759	43.588.896	51.650.208	4.704.862	10,8%	-3.356.449	-6,5%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	35.601	36.099	612.355	-498	-1,4%	-576.754	-94,2%
Fornecimentos e serviços externos	-42.734.029	-35.491.433	-42.205.953	-7.242.595	20,4%	-528.076	1,3%
Gastos com o pessoal	-7.355.830	-6.716.763	-9.826.577	-639.067	9,5%	2.470.747	-25,1%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	500	600	-500	-100,0%	-600	-100,0%
Provisões	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	8.928.342	2.306.868	6.545.961	6.621.474	287,0%	2.382.381	36,4%
Outros gastos e perdas	-2.302.260	-256.517	-629.285	-2.045.744	797,5%	-1.672.975	265,9%
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>4.865.582</b>	<b>3.467.650</b>	<b>6.147.309</b>	<b>1.397.933</b>	<b>40,3%</b>	<b>-1.281.727</b>	<b>-20,9%</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-4.013.291	-2.263.308	-5.658.827	-1.749.983	77,3%	1.645.536	-29,1%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>852.291</b>	<b>1.204.342</b>	<b>488.482</b>	<b>-352.050</b>	<b>-29,2%</b>	<b>363.809</b>	<b>74,5%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0	5.294	0	-5.294	-100,0%	0	0,0%
Juros e gastos similares suportados	-293	-5.538	0	5.245	-94,7%	-293	0,0%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>851.998</b>	<b>1.204.098</b>	<b>488.482</b>	<b>-352.099</b>	<b>-29,2%</b>	<b>363.516</b>	<b>74,4%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	0,0	0,0	-124.563,0	0,0	0,0%	124.563,0	-100,0%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>851.998</b>	<b>1.204.098</b>	<b>363.919</b>	<b>-352.099</b>	<b>-29,2%</b>	<b>488.079</b>	<b>134,1%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>851.998</b>	<b>1.204.098</b>	<b>363.919</b>	<b>-352.099</b>	<b>-29,2%</b>	<b>488.079</b>	<b>134,1%</b>